

O TRÂNSITO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: FORMA CIDADÃOS

TRANSIT IN BASIC EDUCATION: FORM CITIZENS

Rodrigo de Castro Nery ¹

RESUMO

Programas escolares de educação de crianças e adolescentes têm sido utilizados no mundo inteiro como instrumento capaz de colaborar na prevenção dos acidentes de trânsito. Entretanto, sua efetividade tem sido questionada quando se utiliza a redução nos índices de acidentes como critério de avaliação, bem como quando se verificam bons resultados na parte cognitiva, sem modificação real de comportamento. Este artigo faz uma revisão bibliográfica de procedimentos de avaliação e recomenda a reformulação dos Programas Educativos atuais, que devem fundamentar-se na abordagem voltada para a redução do risco e que, para serem mais completos, devem adotar três objetivos complementares: treinar habilidades psicomotoras, exercitar a reflexão crítica e formar um cidadão ético.

PALAVRAS-CHAVE: Amazonas. Educação. Globalização. Trânsito.

ABSTRACT

School education programs for children and adolescents have been used worldwide as an instrument capable of collaborating in the prevention of traffic accidents. However, its effectiveness has been questioned when the reduction in accident rates is used as an evaluation criterion, as well as when there are good results in the cognitive part, without real change in behavior. This article reviews the literature on evaluation procedures and recommends the reformulation of current Educational Programs, which should be based on an approach aimed at reducing risk and which, in order to be more complete, should adopt three complementary objectives: training psychomotor skills, exercise critical reflection and form an ethical citizen.

KEYWORDS: Amazon. Education. Globalization. Transit.

¹Mestrando em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University; Graduado em Gestão DE Marketing (UNIP); Especialista em Gestão e Direito de Trânsito (LÍDER); Especialista em Docência para o Ensino Superior. E-mail: digonery22@hotmail.com. Currículo Lattes: lattes.conpq.br/9474789338506975

INTRODUÇÃO

Um dos principais indicadores do progresso consumista de um país costuma ser medido pela facilidade com que seus habitantes podem se locomover e transportar os produtos de seu trabalho ou para seu consumo. No trânsito, a competição e o individualismo podem gerar sentimentos de medo ou raiva: a proximidade de um outro cidadão (motorista, pedestre, etc), compartilhando o mesmo espaço urbano é percebida como ameaça ou obstáculo.

Um dos instrumentos que pode colaborar para reduzir o risco de acidentes no trânsito é a educação de crianças e adolescentes. Porém, desde o final da década de 70, tem sido questionada a efetividade de Programas Educativos direcionados a este público. Muitos programas não incluem a avaliação da sua efetividade por três motivos principais: a) acreditam que o objetivo da Educação para o Trânsito é reduzir o número e a gravidade dos acidentes; b) acreditam que os resultados são atingidos em longo prazo; c) é difícil estabelecer cientificamente a relação causal entre a ação educativa e os resultados esperados. Entretanto, o principal desafio é estabelecer quais metodologias e estratégias pedagógicas são adequadas para avaliar a efetividade, a qual depende das características particulares destes programas, tais como, metas educacionais, objetivos, critério de efetividade e planejamento da avaliação.

Duas metas distintas podem ser identificadas nas abordagens desenvolvidas para a Educação para o Trânsito: a redução da exposição ao risco e a redução do risco de acidentes. A primeira, decorrente do enfoque de caráter jurídico que influenciou inicialmente a análise das causas dos acidentes, é fruto de uma visão parcial do problema. O homem, enquanto indivíduo, foi visto como objeto das ações educativas voltadas para a mudança do seu comportamento de risco. No caso da educação de crianças e adolescentes, treinam-se habilidades para capacitar o aluno a utilizar, com maior segurança, a infraestrutura viária.

Em contrapartida, na segunda meta prevalecem objetivos como a formação crítica e a formação ética, sem desprezar a prática de habilidades. Consequentemente, as formas e métodos de avaliação de Programas Educativos com base nestas metas e objetivos distintos também não podem ser semelhantes.

Parece mais fácil definir critérios e métodos de avaliação voltados para aferir os resultados do treinamento de habilidades. É necessário repensar métodos tradicionalmente propostos e que sejam mais adequados ao enfoque centrado na formação de um cidadão mais consciente e solidário, como requer o trânsito. O desenvolvimento de tais métodos vai demandar criatividade e uso de recursos interdisciplinares condizentes com um espaço escolar que seja um ambiente aberto à formação desse cidadão.

REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa apresenta caráter qualitativo (LÜKDE; ANDRÉ, 1986), tendo como objetivo conhecer como a temática trânsito é desenvolvida na Educação Básica.

Utilizou-se como instrumento de produção de dados um questionário, apresentado questões descritivas. Nesta etapa da pesquisa, empregou-se como recurso uma plataforma digital destinada à criação de formulários, com envio e recebimento de respostas. Este questionário foi enviado para professores da Educação Básica na capital Amazonense, Manaus. Escolheu-se a capital para que se transforme em modelo para os demais 62 municípios do estado e trabalhar formação continuada na rede básica de ensino.

EDUCANDO PARA EDUCAR

Educar para o Trânsito possibilita intervir nessa situação, procurando desenvolver ações geradoras de melhor qualidade de vida e mais segurança, com atitudes cooperativas no trânsito.

Um ambiente educacional deve propiciar a confrontação de pontos de vista divergentes, de concepções diferentes a respeito de uma mesma situação ou tarefa. O uso de temáticas no ensino pode ser tratado para estabelecer relações entre situações do cotidiano do aluno e dos conteúdos curriculares, bem como pela inserção de temáticas na escola. Outro aspecto apontado por Halmenschlager (2014) se refere a minimizar a linearidade e fragmentação dos conteúdos escolares, visando trabalhar a interdisciplinaridade e a contextualização de acordo com que é proposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Assim, a elaboração e construção de práticas educativas embasadas em questões relevantes para o aluno é sinalizada em todos os níveis da Educação Básica, objetivando a participação efetiva dos estudantes em prol de uma sociedade que possa refletir, como descrito a seguir:

O ensino e a aprendizagem da participação têm como suporte básico a realidade escolar para o uso efetivo dos procedimentos aprendidos, para a promoção das capacidades que se quer desenvolver. Assim, devem ser eleitos métodos e atividades que ofereçam experiências de aprendizagem ricas em situações de participação, nas quais os alunos possam opinar, assumir responsabilidades, colocar-se, resolver problemas e conflitos e refletir sobre as consequências de seus atos (BRASIL, 1997, p. 41).

Desse modo, discussões vêm sendo realizadas na área educacional e implicam repensar os métodos de ensino com objetivo de promover a resignificação de conteúdos escolares de forma relevante para o aluno (SILVA, 2017). Nessa perspectiva, o trabalho a partir de

temáticas pode ser uma alternativa para articular questões contextuais e conceitos científicos na Educação Básica (SILVA, 2017).

Nessa ótica, a educação para o trânsito é uma questão relevante e pode ser desenvolvida no currículo escolar. O tema transversal “trânsito” é importante, apesar de não estar explicitamente tratado nos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN (BRASIL, 1997), pois visa uma educação voltada para a cidadania. Assim, ao tratar desse assunto na Educação Básica, espera-se que os jovens consigam refletir sobre os principais agravos à saúde, que muitas vezes estão associados às chamadas causas externas, especialmente relacionados aos acidentes extradomiciliares e aos riscos decorrentes da violência social.

Conforme os critérios estabelecidos pelos PCNs, entende-se que a temática “trânsito” pode ser desenvolvida de forma transversal, pois envolve as seguintes dimensões: 1) Urgência social: questões graves, que se apresentam como obstáculos para a concretização da plenitude da cidadania, afrontando a dignidade das pessoas e deteriorando sua qualidade de vida; 2) Abrangência Nacional: questões que, em maior ou menor medida, e mesmo de formas diversas, são permitidas a todo país; 3) Possibilidades de ensino e aprendizagem no Ensino Fundamental ou Médio: refere-se à escolha de temas ao alcance da aprendizagem em cada etapa da escolaridade; 4) Favorecer a compreensão da realidade e a participação do social: que os alunos possam desenvolver a capacidade de posicionar-se diante das questões que interferem na vida coletiva, superar a indiferença e intervir de forma responsável (BRASIL, 1998, p. 25 - 26).

Em relação à urgência social, o trânsito é atualmente e, desde muito tempo, um problema social grave, uma vez que por ano morrem em torno de 50 mil pessoas e mais de 350 mil ficam com sequelas graves em acidentes de trânsito, colocando o Brasil em 4º lugar no ranking mundial em número de vítimas, um índice de mortes de 22/100 mil/hab. (DIAS, 2016). Portanto,

envolve questões sociais que vão muito além de dimensões puramente técnicas, refletindo sérios problemas da organização social do Brasil, o que está em consonância com o segundo critério, ser um tema de abrangência nacional.

A temática trânsito pode ser trabalhada no currículo escolar, pois envolve questões culturais, políticas, econômicas, técnicas, físicas e sociais, e pode ser abordada na sua complexidade para compreender os diferentes saberes e provocar no aluno uma aprendizagem mais relevante, que dialogue com aspectos do cotidiano. Assim, ao longo da vida escolar, a criança vai experimentando novos modos de circulação, modificando sua percepção do trânsito, conhecendo, acompanhando e problematizando essas mudanças, podendo ser levantadas questões cada vez mais complexas, envolvendo novos elementos à mobilidade e à circulação.

Além disso, o acesso à educação para o trânsito é um direito de todos, previsto na Constituição Federal, e constitui dever prioritário para do Sistema Nacional de Trânsito.

Segundo a Constituição Federal de 1988, “é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito” (BRASIL, 1988, p.52). Porém, percebe-se que essa educação pode ser iniciada durante a trajetória do cidadão no âmbito escolar e não apenas ao ingressar na vida adulta, tampouco apenas quando for se habilitar para dirigir - no Brasil, a partir dos dezoito anos de idade. Deste modo, é relevante tratar questões do trânsito nos currículos escolares que incentivem a promoção à vida e, também, para suscitar valores e compreensões importantes, ampliando os processos de ensino e de aprendizagem e qualificando a educação.

É importante salientar que o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) e o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) reconhecem a importância da

educação para o trânsito. Esses regulamentam e promovem projetos que visam a formação desde a Educação Infantil ao Ensino Médio, assim como oportunizam cursos de legislação de trânsito e requalificação didática para os instrutores de trânsito (VIZZOTTO; MACKEDANZ; MIRANDA, 2017). Desta forma, os projetos voltados à escola são relevantes, pois os alunos serão os futuros condutores de veículos e pessoas que circulem nas vias, e esses podem, futuramente, qualificar os modos de circulação. Além disso, o trânsito é, antes de tudo, convívio social - após aprender formas democráticas e respeitadas de reconhecimento do “outro” ao circular, que são condições para o exercício da cidadania.

Os projetos voltados à escola também podem diminuir o número de acidentes e fatalidades que aumenta a cada ano, sendo maiores os índices de mortes entre motoristas jovens, indivíduos que possivelmente recém concluíram a Educação Básica de ensino. Para Vizzotto, Mackedanz e Miranda (2017), os indivíduos que provavelmente participaram de trabalhos de sensibilização e prevenção no âmbito da educação para o trânsito no contexto escolar podem reverter esse quadro.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Utilizou-se como instrumento de produção de dados um questionário, apresentado no Quadro 1, composto por questões descritivas. Nesta etapa da pesquisa, empregou-se como recurso uma plataforma digital destinada à criação de formulários, com envio e recebimento de respostas.

Este questionário foi enviado para professores da Educação Básica em dez (10) escolas da cidade de Manaus/AM. Escolheu-se a capital e as escolas da rede básica de ensino da capital como pesquisa piloto e trabalhar formação continuada na rede básica de ensino.

De um total de 146 questionários enviados, obteve-se o retorno de onze (11). Para preservar a identidade dos professores, esses estão denominados pela letra D, seguido da sequência numérica de 1 a 11. Dos 11 docentes que responderam o questionário, a maioria atua no Ensino Médio e Fundamental, seguido do Ensino Fundamental Séries Iniciais. De posse do questionário, foi realizada a leitura, e emergiram as categorias de análise. Para a categorização das informações selecionadas, bem como para o reagrupamento das informações, foi utilizada a Análise de Conteúdo de Bardin (2011).

QUADRO 1 - Estão descritas as questões que compõem a produção de dados e a caracterização dos sujeitos desta pesquisa.

- 1 - Em qual nível de ensino você trabalha?
- 2 - Qual disciplina leciona?
- 3 - Você aborda alguma temática ao preparar suas aulas. Se sim, quais?
- 4 - Já abordou a temática trânsito? Em qual Série ou Ano que desenvolveu?
- 5 - Na escola em que trabalha há uma preocupação dos professores e equipe escolar em desenvolver atividades sobre a temática trânsito?
- 6 - Como a escola aborda a temática “trânsito”?
- 7 - Caso você ou sua escola já tenha desenvolvido algum projeto sobre “trânsito” como ele era denominado e qual o objetivo do projeto.
- 8 - Já organizou algum material didático para trabalhar a temática? Descreva aspectos relevantes do mesmo.
- 9 - Sua escola procura promover palestras e momentos de conscientização sobre a temática trânsito?
- 10 - Caso tenha palestras, essas são desenvolvidas por professores da escola ou profissionais da área?

FONTE: Rodrigo Nery, 2022.

RESULTADO DA PESQUISA

De posse dos resultados, fez-se uma análise mais detalhada e emergiram duas categorias, a saber: (1) Abordagem de temáticas na Educação Básica; e (2) Produção de material didático a partir da temática trânsito.

ABORDAGEM DE TEMÁTICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A partir dos resultados dos questionários, observa-se que os professores argumentam que, ao planejarem suas aulas, utilizam alguma temática, pois consideram relevante na construção de projetos curriculares. Dos onze professores que responderam o questionário, apenas o Docente D9 destaca que não usa temáticas em suas aulas e planejamentos. Assim, as temáticas são trabalhadas por esses professores na escola talvez pelo fato de estarem descritas na proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2012), ao propor um ensino contextualizado, de maneira a dar significância ao aprendizado do estudante.

PRODUÇÃO DE MATERIAL A PARTIR DA TEMÁTICA TRÂNSITO

O professor, ao produzir o seu material didático, pode levar em consideração a vivência de cada aluno, articulando os saberes do cotidiano com os conceitos científicos. Sabe-se que isso não é uma prática recorrente entre os professores, pois, geralmente, utilizam livros didáticos com conteúdos e materiais pré-estabelecidos, porém observou-se que os professores sabem da importância em usar materiais que expressam sentido para os alunos. Deste modo, Vizzotto, Mackedanz e Miranda (2017, p. 146) também argumentam que os trabalhos dedicados à produção de materiais didáticos e propostas metodológicas sobre a temática trânsito oportunizam possibilidades de ensino e de aprendizagem que podem auxiliar os estudantes a aprender de forma mais relevante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática em trabalhar temáticas na Educação Básica se faz necessária, pois é no transitar dessas questões pelos conteúdos propostos pela escola que se trabalha com as experiências vivenciadas dos alunos e,

ao mesmo tempo, se constrói o conhecimento científico.

Nesse sentido, os professores ainda necessitam de um período de tempo para incorporar nas instituições de ensino esta prática, pois é através de uma mudança no Projeto Político Pedagógico da escola e do currículo que essas mudanças poderão acontecer.

A partir do trabalho de pesquisa desenvolvido, notou-se que os professores demonstram uma preocupação com relação a trabalhar temáticas na escola, mas ainda não é habitual, pois são realizadas práticas esporádicas. Entre as temáticas tratadas nessas vivências destacam-se, entre outras, poluição, desmatamento, drogas, sexualidade, agroecologia, sustentabilidade, preservação, aspectos socioculturais da comunidade, saúde, meio ambiente, alimentação e trânsito. Mesmo que não trabalhem necessariamente sobre trânsito, percebem-se os esforços dos professores em aproximar a temática com o currículo escolar, no entanto, ocorrem em momentos pontuais, não fazendo parte da rotina, tampouco do currículo.

A organização e produção de material didático, apesar de não ser uma prática desses professores, parece ser uma dimensão que dever ser tratada na escola e no processo pedagógico. Sabe-se que muitos dos professores ainda utilizam como fonte bibliográfica e de estudo apenas o livro texto; porém, observou-se que os professores sabem da importância de usar materiais alternativos de ensino, e isso pode ser promissor para trabalhar com temáticas como a do trânsito nos contextos escolares.

Além disso, o Código de Trânsito Brasileiro estabelece que é obrigatório o desenvolvimento desta questão nos diferentes níveis de ensino, da Educação Básica à Educação Superior. E é importante ressaltar a importância desta temática para a sociedade brasileira, uma vez que envolve questões de cidadania, cuidado e respeito mútuo. Entende-se que uma possibilidade para potencializar o desenvolvimento dessa temática na escola seria a partir de desenvolvimento de parcerias

entre universidades e escolas, e por implementação de projetos de pesquisa e de extensão, trabalhando e difundindo esta temática social.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo. Edições: 70,2011.

BRASIL. **Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997**. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Disponível em: www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 de setembro 2018.

BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª a 4ª séries)**. Brasília: MEC/SEF, 1997, 10 volumes.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais. ciências naturais**. Secretaria de Educação, 1998.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Resolução Nº 2, de 30 de janeiro 2012.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica**. Diretoria de Currículos e Educação Integral, Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL, **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular - BNCC 3ª versão**. Brasília, DF, 2017.

HALMENSCHLAGER, Karine Raquel. **Abordagem de Temas em Ciências da Natureza no Ensino Médio: Implicações na Prática e na Formação Docente**. Florianópolis. UFSC.

Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica). Universidade Federal de Santa Catarina, 2014, p. 1-373.

LÜDCKE, Menga.; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

SILVA, Édila. Rosane Álves da. **Articulação entre resolução de problemas e a temática drogas como proposta metodológica para o Ensino de Química**. 2017. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Química) – Universidade Federal do Pampa, Caçapava do Sul, RS, 2017.

VIZZOTTO, Patrick. Alves.; MACKEDANZ, Luis. Fernando.; MIRANDA, Angélica. Conceição. Dias. Física aplicada ao trânsito: uma revisão de literatura. **THEMA**, v. 14, N1, 2017, p.137- 163.